

Corrupção de prefeito está documentada

RODRIGO FRANÇA TAVES

Concorrências fraudadas, notas fiscais "frias", preços superfaturados, fornecedores inexistentes, compras misteriosas. As acusações que pesam contra o prefeito de Volta Redonda, Wanildo de Carvalho (PRT), e alguns de seus secretários — no momento em que a prefeitura enfrenta a pior crise de sua história — estão todas documentadas, mas ainda não são oficialmente investigadas.

Três anos depois de substituir o sindicalista Juarez Antunes, morto em acidente automobilístico, Wanildo conseguiu unir contra ele industriais, comerciantes, trabalhadores, funcionários públicos e políticos de todos os partidos. Na cruzada pela intervenção estadual no município, estão juntos até ex-inimigos ferrenhos, como o presidente da Associação Comercial, Gileno Mendonça, e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Vagner Barcellos.

Wanildo comprou em julho de 1991, com verba do Sistema Único de Saúde, Cr\$ 6,7 milhões em material de laboratório da firma Procilab, de Belo Horizonte, depois de uma licitação por cartas-convite em que participaram mais duas empresas. Algum tempo depois, alguns coletores de urina apresentaram problemas de fabricação e o diretor de Materiais da prefeitura, Helvécio José da Matta, tentou obter da firma a substituição do produto. Acabou descobrindo que a Procilab jamais emitira qualquer das notas fiscais que constavam do processo de compra. As notas eram todas falsas.

No processo para a compra de material de cozinha para a produção de merenda escolar, nem um parecer da procuradora Zilda Gilly Porto Pinheiro considerando a licitação "totalmente irregular e ilegal" e opinando por sua anulação conseguiu evitar o negócio. Entre as irregularidades apontadas no parecer estavam até a participação de empresas que não receberam carta-convite. A empresa Magval, de Volta Redonda, que ganhou a licitação, apresentou preços superiores aos permitidos no edital e exigiu receber em no máximo cinco dias, embora o edital estipulasse pagamento "a partir de 30 dias".

A procuradora constatou que duas empresas datilografaram suas propostas de maneira semelhante, no mesmo tipo de máquina e até com os mesmos erros de português, o que a fez acreditar que "um mesmo licitante apresentou duas propostas e tal fato não foi apurado". Uma das propostas iguais tinha a mesma assinatura grotescamente rasurada para dificultar a comparação.

Outro exemplo é a concorrência para a compra de material de escritório para a Secretaria de Saúde realizada em maio de 1991, em que a Reprevendas Comércio e Representações venceu com preços bem superiores aos de mercado, embora sua proposta fosse ligeiramente melhor que a da Cral e da MJR Papelaria. Além da coincidência de serem todas de São Gonçalo — embora Volta Redonda também tenha dezenas de papelarias em condições de receber cartas-convites para participar da licitação — as concorrentes fizeram propostas de preço muito parecidas.